

**CONCURSO PÚBLICO**  
**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
**CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA**  
**PROVA DISCURSIVA**  
**HISTÓRIA DO BRASIL – QUESTÃO 1**

Aplicação: 6/10/2017

**PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO**

O candidato deverá fazer uma redação com argumentação consistente, na forma e no conteúdo. No texto deverá ser desenvolvido, coerentemente, o argumento central, respeitados os encadeamentos factuais e sua cronologia. A contextualização, com a correta utilização de conceitos, é essencial para a compreensão do processo histórico. Portanto, o candidato deverá demonstrar as origens da independência, desde a vinda da Família Real para o Brasil até o 7 de Setembro de 1822. Deverá ser demonstrado que a independência resultou da recusa das Cortes em aceitar o projeto de uma Monarquia luso-brasileira e que teve como base de sustentação as elites da região sudeste, bem como portugueses radicados principalmente no Rio de Janeiro. A primeira fase da busca do reconhecimento internacional foi liderada por José Bonifácio, para o qual o Império do Brasil não precisava fazer concessões que não fossem do seu interesse para obter o reconhecimento, pois não necessitava da proteção militar inglesa e Portugal não se constituía ameaça, devido às derrotas de suas tropas em território brasileiro. Para comprovar essa busca da autonomia brasileira, deve ser citado o envio de missões a Buenos Aires, Washington, Londres e Paris.

A crise política de 1824, com a dissolução da Assembleia Constituinte por Pedro I, causa a saída de José Bonifácio do governo e o início de uma nova etapa na busca do reconhecimento internacional do Império do Brasil. Esta ocorre no contexto da continuidade das atividades da Santa Aliança, da restauração de Fernando VII na Espanha, do início da Guerra da Cisplatina e da prioridade de Pedro I em resguardar os interesses da Casa de Bragança. O candidato, após fazer essa contextualização, deve apresentar, respeitada e explicitada a ordem cronológica dos eventos, as concessões feitas pelo governo brasileiro para obter os reconhecimentos de Portugal e da Grã-Bretanha, bem como suas consequências.